


**PELOS MEANDROS DO PANTANAL: CONFLITOS TERRITORIAIS E
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS ENFRENTADOS PELAS PESCADORAS E
PESCADORES ARTESANAIS DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER**

 <https://doi.org/10.56238/arev6n1-009>

Data de submissão: 26/08/2024

Data de Publicação: 26/09/2024

**Luís Mateus Barboza França
Giseli Gomes Dalla Nora**

RESUMO

A pesca é uma das atividades mais antigas praticadas pela humanidade, transcendendo o tempo. Santo Antônio de Leverger acolhe algumas poucas centenas dos 7.633 pescadores e pescadoras profissionais artesanais de Mato Grosso. Sob o rio antes mesmo do raiar do sol, estes guardiões das tradições de pesca percebem a cada a cada anzol jogado ao rio a diminuição em suas capturas diárias. Diante disso, a presente pesquisa buscou investigar quais os impactos socioambientais que assolam a cotidianidade desses sujeitos. Para isso foram adotadas metodologias quantitativas, com levantamento de dados, e qualitativas através de entrevistas semi estruturadas com pescadoras e pescadores da colônia Z8. Um dos principais impactos socioambientais identificados está no triste desejo de que a nova geração não siga no ofício devido às difíceis condições de se manter na arte da pesca profissional artesanal. Um conhecimento transmitido e resistido durante gerações encontra-se no fronte de seu epílogo.

Palavras-chave: Pesca Profissional Artesanal. Pantanal. Impactos Socioambientais. Conflitos.

1 INTRODUÇÃO

As primeiras civilizações, com um sistema político sistematizado, se estabeleceram às margens dos rios, até mesmo àquelas cujo não tinham tal sistematização, como os grupos de nômades em suas permanências temporárias em algum local, se estabeleciam em regiões com disponibilidade hídrica. Isso porque da água surge vida e mantém vidas, em sua administração autoritária, controla vidas.

Mantém vidas pois dos rios se bebe, come-se e irriga o que vai ser consumido. Dele surge a pesca, uma das principais atividades praticadas pelos primeiros ancestrais da humanidade. Carregada de conhecimentos transgeracionais que resiste na perseverança e esperança das pescadoras e pescadores profissionais, até os dias atuais.

A pesca nos rios de Mato Grosso sempre foi uma atividade tradicional com grande influência na vida econômica, social e cultural da população. Ao longo dos anos e seguindo as exigências nacionais, essa atividade passou também a ser disciplinada com legislação própria que estabelece tanto a categoria de pescador profissional quanto a quantidade de peixe, como e quando pescar. Essa legislação tornou-se muito mais abrangente a partir da década de 2000, especificamente após a chamada Lei estadual da pesca Lei nº 9.096 de 16 de janeiro de 2009. Outro ponto destacado pela referida lei é a pesca de subsistência, aquela exercida por pescadores de comunidades tradicionais ou pescadores ribeirinhos, sem fins lucrativos, com finalidade de complementar o suprimento alimentar.

Segundo dados do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), no Brasil são 1.331.425 Registros de Atividade Pesqueira (RGP), sendo os nomeados por pescadoras/es artesanais correspondendo a um total de 99,76% destes registros ativos (MPA, 2024). O Estado de Mato Grosso comporta aproximadamente 0,58% deste montante, com 7.663 RGP certificados (MPA, 2024).

No Município de Santo Antônio de Leverger, 34 Km de Cuiabá, a pesca profissional artesanal, embora não seja o ramo mais lucrativo da economia local, continua sendo uma atividade profundamente enraizada e essencial para a sobrevivência das poucas comunidades e indivíduos que à tem como ofício. A prática mantém sua relevância social e cultural, refletindo as tradições e os modos de vida que têm sido passados de geração em geração.

Todavia, a pesca profissional artesanal do estado de Mato Grosso tem sofrido uma série de impactos socioambientais decorrentes das ações humanas e das políticas públicas inadequadas à proteção do meio ambiente e dos grupos em situação de vulnerabilidade. As alterações observadas nos pescados, no tamanho de peixes, mudanças no nível dos rios, bem como disponibilidade do estoque pesqueiro são alguns dos fatores apontados tanto por Tocantins *et al.* (2013) e, também, sentida pelos pescadores e pescadoras. Sendo assim, esta pesquisa versa sobre quais impactos socioambientais que afetam a pesca artesanal no município de Santo Antônio de Leverger.

2 METODOLOGIA

A metodologia e desenvolvimento da pesquisa está ancorada em duas vertentes: a quantitativa e a qualitativa. Na vertente quantitativa foram levantados o número de associados na colônia de pescadores Z8, através do site do Ministério da Pesca e Aquicultura. Também buscou analisar a participação do setor, e outros, na economia do município com dados do último censo agro realizado pelo IBGE em 2017.

Na vertente qualitativa os procedimentos metodológicos que permeiam projeto estão centrados na pesquisa-ação, caracterizada como um processo eminentemente interativo que considera fundamental a análise da qualidade da ação entre os sujeitos que dela participam, bem como, o exercício contínuo expresso pelo planejamento – ação - reflexão - pesquisa - ressignificação – replanejamento (BARBIER, 2007; THIOLENT,1994). Nesta vertente foram desenvolvidas entrevistas semi estruturadas com quatro pescadores (as) na colônia de pescadores Z8, localizada em Santo Antônio de Leverger, para fins de conhecimento da realidade estudada. Cabe destacar que estas entrevistas foram conduzidas no ano de 2022, entretanto, o período em que foram realizadas não compromete a validade dos resultados, uma vez que as questões abordadas mantêm relevância e pertinência no contexto atual, refletindo aspectos estruturais e contínuos da atividade pesqueira na região.

Adicionalmente foram consultadas outras pesquisas desenvolvidas na mesma temática, a fim de realizar o cruzamento de informações e identificar padrões existentes na literatura. Este procedimento permitiu uma análise comparativa mais robusta, proporcionando uma base sólida para a investigação.

2.1 DANDO NOME AOS BOIS, OPA! AOS “PEIXES”

Pescar é um elo íntimo que conectou os primeiros seres humanos que habitaram esta terra ao seu instinto de sobrevivência, abrindo margens para o desenvolvimento cognitivo destes. No berço da humanidade, África, há vestígios de algumas espécies de peixes junto a fósseis de *Homo habilis* e, também, de *Homo erectus* próximo a um lago, com datação de aproximadamente 500 mil anos (Gartside; Kirkegaard, 2010). A atividade não estava restrita apenas a alimentação dos primeiros hominídeos, mas a costumes e rituais que refletiam uma compreensão abrangente do mundo, desde sua captura, preparo e consumo; suprem necessidades físicas e espirituais, interpretada de diferentes formas de acordo com a cosmologia das comunidades estudada, no qual a compreensão da sociedade sem estes aspectos, enriquecedores culturalmente, não se justifica (Gartside; Kirkegaard, 2010).

“A pesca artesanal é uma atividade que perpassa os tempos e as transformações histórico-sociais enquanto um modo de vida, muito mais que uma atividade profissional apenas” (Knox *et al.*, 2014. p. 27). Nos lagos, lagoas, lagoas, mares e oceanos, rios, córregos, nascentes, estuários, mangues, em diferentes corpos hídricos a pesca existe e resiste; o peixe dispõe o pescador. Os intitulados de Pescadores Profissionais Artesanais, em Mato Grosso, têm a pesca como principal, senão única, fonte de renda; não possuem vínculos empregatícios; suas atividades são praticadas de forma autônoma ou em núcleo familiar com meios de produção própria (Mato Grosso, 2009). Seus instrumentos de pesca não são marcas de predador, mas sim ferramentas simples e respeitadas, limitadas a linha de mão, com ou sem vara; tarrafa, peneira, jiqui e covó, todos com especificações conforme legislação (Mato Grosso, 2009).

O ofício também tem seu tempo de pausa durante a Piracema, palavra de origem Tupi que une “pirá”, que significa peixe, e “sema”, que traduz-se saída, logo, saída dos peixes (Navarro, 2013), época de reprodução onde estes sobem para as cabeceiras dos rios para lá multiplicarem-se. O processo de nadar contra a correnteza e diversos obstáculos em busca de um refúgio tranquilo para procriarem leva-os à exaustão, tornando-os mais vulneráveis à predação (Resende, 2008). Durante o período, os pescadores profissionais artesanais do Estado que estão com seu Registro Geral de Atividade Pesqueira (RGP) devidamente regulamentado recebem o Seguro Defeso, benefício pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) aos pescadores e pescadoras que desempenham a pesca como única fonte de renda (Brasil, 2003). Durante a Piracema, eles suspendem suas atividades, não apenas por determinação legal, mas também por serem conscientes da importância de proteger a vida que brota das águas.

Como toda a categoria de profissionais, estes, em sua maioria, também se organizam em associações que lhes representam. As colônias de pescadores, entidade representativa da classe, são autônomas e soberanas, cabendo a essas a defesa dos direitos e interesses da categoria; representar, diante de entidades governamentais, contra quaisquer ações de pesca predatória e de degradação do meio ambiente; e prestarem serviços de natureza jurídica e contábil a seus associados (Brasil, 1938; Brasil, 2008). São a partir destas colônias que as pescadoras e pescadores comprovaram o exercício de sua profissão em caráter ininterrupto e terão seus direitos, como o seguro defeso, assegurados.

Em seu cotidiano, antes mesmo do amanhecer, os pescadores e pescadoras já estão sob as águas lenticas dos rios prontos para mais um dia de pesca, mas esta já não é mais a mesma, o tempo de espera para que o peixe fogue o anzol aumentou, a captura no fim da pesca tornou-se ínfima, na tessitura de suas próprias expressões “o peixe diminuiu”. Consequência de toda atividade antrópica realizada sob e fora do rio, despreocupada com seus impactos geradores.

Conceituados como Impactos Ambientais, estes são as “alteração da qualidade ambiental que resulta da modificação de processos naturais ou sociais provocada por ação humana” (Sánchez, 1998 *apud* Sánchez, 2008. p. 32). Em âmbito legal resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) delimita por Impactos ambientais

“Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais” (Brasil, 1986, art. 1, p. 636).

Sendo assim, como nada no planeta vive ou funciona de modo independente, todas alterações na biota ressoam não apenas na natureza mas na sociedade, sua cultura e economia. Desta maneira os Impactos Socioambientais busca compreender como as alterações no meio ambiente refletem em determinado segmento do conjunto social. Em sintonia com Kenox *et al.* (2014), as pescadoras e pescadores artesanais que têm suas vivências delicadamente tecidas em conformidade aos elementos biofísicos e ciclos naturais são impactados diretamente com as alterações realizadas nestes, alterando sua rotina e seus ritos de ofício, em sua maioria transgeracionais.

2.2 DA TERRA A ÁGUA: A LEGITIMAÇÃO DA RESTRIÇÃO DOS RIOS ATRAVÉS DA PROPRIEDADE PRIVADA

Adjacente às águas meândricas do rio Cuiabá, Santo Antônio de Leverger, localizado no Centro-Sul de Mato Grosso, faz parte da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá juntamente com os municípios de Acorizal, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Nossa Senhora do Livramento e Várzea Grande. Com 11 735,752 km² e mais de 16 mil habitantes (IBGE, 2022) Santo Antônio de Leverger está parcialmente imerso no Pantanal, privilegiando-se de ter 61% de seu território voltado para o âmago deste bioma.

Sua atividade econômica gira em torno da agricultura, pecuária e serviços relacionados, seguida da administração pública, defesa e seguridade social e do comércio varejista (Sebrae, 2022). A pesca profissional artesanal, conforme abordada no contexto da pesquisa, não se limita apenas ao uso do pescado para a alimentação cotidiana destas trabalhadoras e trabalhadores. Em sua maioria é voltada para o comércio, transformando a atividade em um ofício que gera renda para os envolvidos. Isso também caracteriza as pescadoras, conforme legislação estadual, como pescadores profissionais artesanais, posicionando-os no setor de comércio. De acordo com o último censo agropecuário

realizado em 2017, a participação do ofício na economia concentra-se em torno de 0,2%, com, atualmente, conforme o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), 402 pescadores/as artesanais, aproximadamente 5,2% dos profissionais de todo o Estado. Sendo a maior atividade econômica praticada no município a agropecuária, estruturando, aproximadamente, 68% da economia de Santo Antônio de Leverger.

Situado no Pantanal, as dinâmicas dos pescadores e pescadoras estão intrínseca as sazonalidades das cheias e seca das águas pantaneiras e estas, por sua vez, das chuvas locais e das precipitações sob os planaltos circundantes que irão abastecer os rios da planície (Filho, 2021). Durante as cheias as águas transbordam o leito do rio deixando suas margens submersas, criando habitat de alimentação e refúgio para diversas espécies faunísticas; no seu recuo esse solo, antes imerso, tornam-se extremamente fértil (Junk *et al.*, 2006) propício a atividades agropastoris, estas pervasivamente em conflito com as comunidades ribeirinhas e tradicionais da região.

Com as transformações agrárias e produtivas da agropecuária brasileira a partir da década de 1970, a pecuária no Pantanal tem experimentado significativas alterações, tornando-se cada vez mais impactante para o bioma (Rossetto e Girard, 2012). Seu relevo relativamente plano e coberto de gramíneas nativas, nos critérios aceitáveis para a alimentação de bovinos de corte, torna-o adequado para as atividades agropecuárias (Filho, 2021), apenas no município de Santo Antônio de Leverger o uso da terra para pastagem ocupa mais da metade de seu território, 56% (IBGE, 2017). Os municípios do Pantanal mato-grossense, somados, contam com mais de 3 milhões de cabeças de gado, 522.351 apenas em Santo Antônio de Leverger (Filho, 2021). Segundo Prado (2015) é o maior, dentre os da região metropolitana do vale do rio Cuiabá, com índice de concentração fundiária, onde estabelecimentos com mais de 100 hectares representam 99,23% do território. Em diversas circunstâncias, o caminho dos rios corta essas propriedades, desencadeando conflitos em relação ao uso comum destes por alguns grupos sociais.

Em sua dissertação, Prado (2015) discute a propriedade privada como mediadora da legitimação da restrição e mercantilização do rio e a emergência dos conflitos, reconfiguração do espaço e das relações, principalmente com pescadores e pescadoras artesanais que faziam uso comum do rio.

“A apropriação e o uso privado do rio encontram o suporte necessário para se realizar na propriedade privada da terra, tendo como os principais sujeitos desse processo os proprietários de fazendas, chácaras, pousadas e pesqueiros.” (Prado, 2015. p. 12)

No contexto de sua dissertação, o pesquisador analisa estas relações nas comunidades de Engenho Velho, Santo Antônio da Alegria e Barra do Aricá, localizados em Santo Antônio de Leverger. De acordo com o autor, poucas localidades do rio, onde os sujeitos dessas comunidades praticam a pesca, permanecem fora de propriedades privadas. conforme análise, a construção de tabladros, pelos proprietários, materializa a legitimação da propriedade privada do rio, juntamente com a sevas dispostas em suas adjacências, onde só é permitido o uso desses locais mediante a pagamento de taxa de uso.

Todavia, de forma contraditória, pescadores e pescadoras, profissionais ou não, encontram refúgio nas margens do rio, em áreas de propriedades privadas, para continuar resistindo ao seu modo de vida (Prado, 2015), não apenas isso, mas são condicionados, sem opções, ha estar se inserindo nestas atividades, ou propriedades, para se sustentarem, visto que, em sua maioria, têm a pesca profissional artesanal como única especialidade.

No turismo de pesca, como a pesca esportiva, pesque e solte e pesque e pague, atividade praticada na maioria das propriedades por onde percorre o rio, a maioria dos pescadores profissionais artesanais desenvolvem ofícios de guias ou piloteiros de barcos.

“Ajuda muito, porque o pescador pode trabalhar como guia.”

(Roselin, Entrevistada, 2022)

A dinâmica econômica do turismo de pesca se manifesta nas comunidades de Barra do Aricá, como relatado por um dos entrevistados e, também, na comunidade Engenho Velho e Santo Antônio da Alegria, descrito por Prado (2015), desta forma o movimento econômico do turismo de pesca não está localizado exatamente na zona urbana de Santo Antônio de Leverger mas em suas adjacências.

“Aqui os turista nem param, só param da Barra do Aricá pra baixo.”

(Edgar, Entrevistado, 2022)

2.3 “O PEIXE TINHA BASTANTE”: IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIOAMBIENTAIS NA PESCA PROFISSIONAL ARTESANAL

O crescimento do número de gado de corte exige a expansão de áreas de pastagens para a alimentação desses animais, não apenas pastagem mas, também, a expansão de áreas para o cultivo de soja, ingrediente principal no preparo da ração destes bovinos (Leonel, 2020).

Conforme Relatório Anual de Desmatamento no Brasil (RAD), elaborado pelo Mapbiomas, cerca de 91,79%, dos 153.021 hectares de vegetação desmatada no Pantanal, entre 2019 e 2023, encontram-se dentro de propriedades privadas cadastradas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Apenas em 2023 foram 49.673 hectares desflorestados, desse total, 52,4%, ocorreram no Pantanal sul-mato-grossense e 4% em Mato Grosso, representando o maior período de desmatamento no bioma desde de 2019 (RAD, 2023).

Estas ações exercem um impacto negativo significativo sobre o ciclo hidrológico, resultando em um efeito dominó devastador. Na ausência da vegetação nativa, de maneira simplificada e didática, a precipitação é reduzida levando a extinção da fauna e flora locais. Os corpos d’água secam, os peixes morrem, e, como consequência, não apenas os pescadores artesanais, mas também as comunidades tradicionais e ribeirinhas que dependem desses recursos enfrentam graves dificuldades.

Em diálogo com as pescadoras e pescadores profissionais artesanais da colônia de pescadores Z8, os relatos sobre a situação da atividade pesqueira revelaram um problema comum a todos: a diminuição do peixe.

Sim, na época em que nós pensávamos, o peixe tinha bastante. Hoje em dia, não tem a quantidade que a gente pescava, né?

(Josinete, Entrevistada, 2022)

“Sim, diminuição do peixe. Ano passado não teve peixe, agora esse ano já teve um pouco.”

(Carlita, Entrevistada, 2022)

“Sim, está diminuindo muito o peixe, e o aparecimento de muita piranha.”

(Edgar, Entrevistado, 2022)

O problema mencionado pelas pescadoras, atualmente, não diverge dos relatados por Catella (2001) em relação à sobrepesca dos estoques pesqueiros, cujo a captura da espécie ultrapassa a sua capacidade e tempo de se reproduzir. Em suas considerações, o autor pondera que “os recursos pesqueiros encontram-se, de maneira geral, pouco explorados na região e, possivelmente, em todo o Pantanal” (Catella, 2001. p. 326) exceto o pacu (*Piaractus mesopotamicus*) e, provavelmente, o jaú (*Paulicea luetkeni*) (Catella, 2001).

Todavia, essa percepção está relacionada, ao modo que, se aumenta o esforço pesqueiro, como o aumento de pescadores amadores oriundos do turismo de pesca, ocorre a diminuição das capturas feitas no dia (Catella 2003). Com o passar dos anos, fatores externos, como o aumento dessa pressão pesqueira e a própria alteração ambiental, podem contribuir significativamente para a sobrepesca, o que, considerando o tempo transcorrido desde a pesquisa de Catella, pode explicar a diminuição dos peixes relatada atualmente pelos pescadores e pescadoras de Santo Antônio de Leverger. Allan *et al.* (2005) sucinta que fatores externos quando negativos como degradação do habitat, poluição e introdução de espécies exóticas, podem imitar, ou até mesmo agravar, os efeitos da sobrepesca, diminuindo as populações de peixes.

Estes problemas externos são mencionados pelas pescadoras e pescadores artesanais, segundo os quais relatam a presença de esgoto *in natura* despejado direto no rio, sujeiras e contaminação da água em virtude das cevas de captura, além da ação das dragas nos rios.

“Poluição do rio por causa das cevas, que é de soja, que vai apodrecendo a barrigas dos peixes.”

(Edgar, Entrevistado, 2022)

“Soltam muita sujeira dentro da água, que acaba diminuindo bastante os peixes.”

(Carlita, Entrevistada, 2022)

"Aqui não tem, mas aí pra cima é muito, né? rede de esgoto que cai direto no rio."

(Josinete, Entrevistada, 2022)

“Sim, óleo no rio sendo jogado pelas dragas. Óleo nos peixes”

(Roselin, Entrevistada, 2022)

De Paula (2018) aponta que a urbanização é umas das principais causadoras de impactos ambientais sobre a territorialidade de pescadores artesanais pois

“as condições de sanidade ambiental são comprometidas pelo rápido crescimento das cidades que provoca modificações nas características do meio ambiente... e pela falta de infraestrutura que possibilite a redução de impactos ambientais como sistemas de coleta de esgoto, coleta e reciclagem de lixo, sistema de drenagem pluvial, e etc.” (De Paula, 2018, p. 94).

Juntamente ao crescimento urbano, a demanda por recursos naturais destinados à construção civil também aumenta. Mato Grosso, no ano de 2022, ocupou o 6º lugar no ranking dos maiores produtores de minérios do país, com uma receita de R\$ 6,8 bilhões (SEDEC, 2023). De acordo com a coordenadoria de mineração da Secretaria de Meio Ambiente do Estado (SEMA) foram expedidas 200 Licenças de Operação para essas atividades e que o licenciamento trifásico teve uma redução de 60% em seu tempo de resposta ao empreendedor, o que representa, atualmente, cerca de 93 dias (INDEA, 2023).

Contudo, embora esta agilidade possa ser vista como um avanço administrativo, é importante considerar que essa não pode comprometer a análise dos potenciais impactos ambientais e socioambientais dessas atividades, como destacado por Silva *et al.* (1996) e Araújo *et al.* (2014) sobre os impactos da mineração em comunidades limítrofes. Um tempo mais prolongado de análise poderia, inclusive, indicar uma maior profundidade na avaliação desses impactos, o que é essencial para garantir um desenvolvimento sustentável.

As mudanças na paisagem, no dia-a-dia dessas pescadoras e pescadores, não passa despercebida, segundo observado pelos próprios a Sarã (*Sapium obovatum*), como é conhecida popularmente, está diminuindo na região.

“Tá secando muito os sarã das beiras do rio. Ele é próprio da água e tá secando na beira do barranco.”

(Edgar, Entrevistado, 2022)

Dominante na mata ciliar alagável, em ilhas, trechos de beira de rio e corixos do Pantanal (Pott e Pott, 1994), sua morte causa sérios problemas aos rios, pois, entre muitos outros fatores, todo equilíbrio dos ecossistemas aquáticos depende diretamente da proteção da vegetação ciliar, que funciona como reguladora das características físico-químicas da água, mantendo as condições favoráveis para a sobrevivência e desenvolvimento da ictiofauna (Sigaud *et al.*, 2007).

Estas atividades, além do seu potencial agravador de impactos ambientais negativos ao meio ambiente, acabam por gerar impactos socioambientais que vão além da já preocupante perda de renda das pescadoras e pescadores profissionais artesanais. A atividade movimenta uma cadeia produtiva estabelecida antes e depois da captura do peixe, visto que nem todos os pescadores(as) capturam suas próprias iscas, fabricam suas canoas, anzóis, linhas, varas. Após a captura, os peixes são vendidos para atravessadores, que os revendem, ou são vendidos diretamente para proprietários de restaurantes.

A memória e arte da pesca artesanal se expõe ao risco de se perder na história, uma vez que, em razão de ser uma profissão transgeracional, ou seja, transmitida de pai para filho, na sua forma tradicional de ser ou, como relatado por dona Josinete que a profissão lhe foi legada por sua tia, ou como dona Roselim, que encontro na pesca a vida, tendo aprendido o ofício, juntamente de sua irmã, com o pai.

compartilhando das mesma angústias, as pescadoras e pescadores artesanais de Santo Antônio de Leverger não desejam que a geração seguinte sigam na mesma profissão, pois segundo os próprios

“Hoje em dia o rio tá sendo muito maltratado e não tá tendo quase peixe. seria uma vida difícil”
(Josinete, Entrevistada, 2022)

“Incentivo eles a estudar ou arrumar um outro emprego, pois o ramo da pesca tá diferente.”
(Roselin, Entrevistada, 2022)

“O peixe está acabando e é muito difícil.”
(Edgar, Entrevistado, 2022)

Tocantins *et al.* (2013) já discutiam essa questão, evidenciando que 31,5% dos pescadores da bacia do Alto Paraguai encontram-se na faixa etária entre 41 e 50 anos, e 24,8% estavam entre 51 e 60 anos. Esses dados mostram a diminuição na faixa etária considerada jovem, entre 18 e 30 anos, indicando que os pescadores mais jovens estão buscando outras alternativas de renda, enquanto a pesca, como alternativa profissional, está sendo praticada por adultos e pessoas mais idosas que já estão inseridas no ramo (Tocantins *et al.*, 2013). Além disso, ao comparar o número de pescadores profissionais artesanais quantificado por Tocantins *et al.* (2013), que era de 519 profissionais, com o número atual de 402 profissionais, conforme dados do MPA, observamos uma diminuição de 22,6% destes trabalhadores em Santo Antônio de Leverger ao longo de quase 11 anos.

Responsável pela ascensão de diversas civilizações, os rios, manifestados como guardião da "paixão" de Dona Josinete, da "vida à beira do rio" expressado com encanto e esperança por Dona Roselim encontram seus dias contados sob o sistema político vigente, onde é visto apenas como fonte de extração para uma riqueza monetária, sem que suas peculiaridades, sua dependência e seus dependentes sejam verdadeiramente considerados. Estes celestiais, em suas mais diversas formas e tamanhos expressam magnitude se observados com ternura, como diz seu Edgar: "*sem ele, nós não somos nada*" — e isso não vale apenas para os pescadores e pescadoras artesanais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do cruzamento dos dados levantados pelo IBGE e Mapbiomas, juntamente da bibliografia já produzida, no que tange o tema, com os relatos das pescadoras e pescadores profissionais artesanais de Santo Antônio de Leverger, foi possível compreender os impactos socioambientais que afetam estes sujeitos. Observamos que a pesca artesanal, além de ser um meio de sustento, é uma expressão cultural enraizada, carregada de significados que transcendem a simples atividade econômica. Através das entrevistas, foi possível identificar que os impactos socioambientais gerados por ações antrópicas, como as ações das dragas na extração de minerais, e a falta de tratamento da rede de esgoto urbano afetam diretamente a subsistência e a identidade dessas comunidades.

Os pescadores artesanais revelaram um declínio na quantidade de peixe disponível, o que requer uma análise cuidadosa por parte das instituições governamentais para que sejam adotadas as medidas apropriadas. A degradação ambiental resultante das atividades antrópicas está gerando um efeito cascata que ameaça não apenas os recursos pesqueiros, mas também a própria sobrevivência cultural e econômica dessas comunidades.

É essencial ressaltar que a continuidade da pesca artesanal depende de ações integradas que busquem mitigar os impactos ambientais, observados pelos pescadores e pescadoras, e promovam a sustentabilidade dos ofícios causadores destes. As discussões promovidas por esta pesquisa apontam para a necessidade urgente de políticas públicas que não apenas preservem o ambiente mas, também, fortaleçam o papel das colônias de pescadores como guardiãs do conhecimento tradicional.

A pesca artesanal é mais do que uma profissão; é uma manifestação de amor e respeito pelo meio ambiente. Portanto, é necessário que as ações futuras envolvam essas comunidades no processo de tomada de decisões, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e que suas práticas sejam protegidas e valorizadas.

REFERÊNCIAS

Allan, J. David; *et al.* Overfishing of inland waters. *BioScience*, v. 55, n. 12, p. 1050-1051, dez. 2005.

Araújo, Eliane Rocha et al. Atividade mineradora gera riqueza e impactos negativos nas comunidades e no meio ambiente. In: Recursos Minerais e Sociedade: impactos humanos – socioambientais – econômicos. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2014. p. 1-13.

Barbie, René. A pesquisa-ação. Brasília: Liber Livro, 2007.

Brasil. Aprova e baixa o código da pesca. Decreto nº 794, de outubro de 1938. Disponível em: camera.leg.br

Brasil. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução n.º 001, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em: ibama.gov.br

Brasil. Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores. Lei Nº 11.699, de 13 de Junho de 2008. Disponível em: planalto.gov.br

Brasil. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. Disponível em: planalto.gov.br

Catella, Agostinho Carlos. *A pesca no Pantanal de Mato Grosso do Sul, Brasil: descrição, nível de exploração e manejo (1994-1999)*. 2001. 343 f. Tese (Doutorado em Biologia Tropical e Recursos Naturais) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Universidade do Amazonas, Manaus, 2001.

Catella, Agostinho Carlos. *A pesca no Pantanal Sul: situação atual e perspectivas*. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2013.

De Paula, Cristiano Quaresma. Impactos ambientais na pesca artesanal brasileira: uma interpretação geográfica. *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 19, n.41, p.79 -106, set./dez. 2018.

Filho, José Anibal Comastri. *Pantanal: bioma com vocação pecuária*. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2021. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1137797>>.

Gartside, D. F.; Kirkegaard, I. R. A history of fishing. *Interactions: Food, Agriculture And Environment*, v. 2, p. 70-80, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agro 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022. Disponível em: ibge.gov.br

INDEA. Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso. Atividades de mineração mais licenciadas pela Sema-MT são para uso da construção civil. Disponível em: indea.mt.gov.br

Junk, Wolfgang Johannes; et al. Biodiversity and its conservation in the Pantanal of Mato Grosso, Brazil. *Aquatic Sciences*, v. 68, n. 3, p. 278–309, 2006.

Knox, Winifred. Os impactos socioambientais do desenvolvimento econômico na pesca artesanal: uma análise a partir dos modos de vida e de trabalho. *Revista Guará*, n. 2, 2014.

Leonel, Mauro. A morte social dos rios: conflito, natureza e cultura na Amazônia. 2ª ed. Perspectiva, 2020

Mato Grosso. Dispõe sobre a Política da Pesca no Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Lei nº 9.096, de 16 de janeiro de 2009. Disponível em: legislacao.mt.gov.br

MPA. Ministérios da Pesca e Aquicultura. Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira. Disponível em: gov.br

Navarro, Eduardo de Almeida. Dicionário de Tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil. São Paulo: Global, 2013.

Pott, Arnildo; Pott, Vali Joana. Plantas do Pantanal. p. 18. Brasília, Embrapa-SPI, 1994.

Prado, Zenildo Crisóstomo do. Uso comum da terra e do rio: conflitos e resistência do camponês ribeirinho no município de Santo Antônio de Leverger-MT. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

RAD 2023: Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2023 - São Paulo, Brasil- MapBiomas, 2024. 154 páginas.

Resende, Emiko Kawakami de. Estratégias reprodutivas dos peixes do Pantanal. Corumbá, MS: Embrapa Pantanal, 2008. 3 p. (Artigo de Divulgação na Mídia, n. 128). Disponível em: <http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/ADM128>.

Rossetto, Onélia Carmem; Girardi, Eduardo Paulon. Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro. *Revista NERA (UNESP)*, Ano 15. N.21, p. 135-161. 2012.

SÁNCHEZ, L. E. Avaliação de Impacto Ambiental. São Paulo: Oficina de Texto, 2008

SEBRAE. Santo Antônio do Leverger. Disponível em: <https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/santo-antonio-do-leverger>.

SEDEC. Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico. Mato Grosso produz R\$6,8 bilhões em minérios em 2022. Disponível em: sedec.mt.gov.br

Sigaud, Cleusa Gomes *et al.* A Importância do Sarã (*Sapium obovatum* Klotzsch ex Mull. Arg.) no Rio Piraim, Pantanal de Barão de Melgaço – MT. *UNICiências*, v.11, 2007.

Silva, Alexandre Pessoa da; *et al.* Emissões de mercúrio na queima de amálgama: estudo da contaminação de ar, solos e poeira em domicílios de Poconé, MT. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1996. *Série Tecnologia Ambiental*, n. 13.

Thiollent, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez, 1994.
Tocantins, Nely *et al.* A Pesca Profissional Artesanal no Pantanal Norte Mato-Grossense - Brasil.
INAU - CPP. Cuiabá - MT, 2013. (Material didático instrucional - cartilha).